



TERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS NO ESTADO DO PARÁ

Solange Maria Gayoso da Costa¹

Judith Costa Vieira²

Marcos Vinicius Costa Lima³

Bruno Paracampo Mileo⁴

RESUMO: No Baixo Tapajós no estado do Pará, tem se observado, nos últimos 30 anos, um processo crescente de territorialização de povos indígenas, que estão se auto afirmando em seus territórios tradicionalmente ocupados. São 55 grupos indígenas de 12 etnias (Arara Vermelha-Tupaiu, Munduruku, Arapiun, Jaraqui, Tapajó, Borari, Munduruku-Apiaká, Tupinambá, Munduruku-Cara Preta, Maitapu, Yawaretê, Kumaruara), que se organizam em associações, conselhos e por territorialidades específicas segundo seus grupos étnicos. São territorialidades próprias, nas quais a identidade constitui elemento mobilizador do próprio grupo, tanto em torno da luta pelo atendimento de suas reivindicações, quanto na relação com outros agentes sociais.
Palavras-chaves: Indígenas, identidade, territorialização.

ABSTRACT: In the Lower Tapajós in the state of Pará, has been observed in the last 30 years, a growing process of territorialization of indigenous peoples, who are asserting themselves in their territories traditionally occupied. There are 55 groups of 12 indigenous ethnic groups (Red Macaw-Tupaiu, Munduruku, Arapiun, Jaraqui, Tapajós, Borari, Munduruku-Apiaká, Tupinambá, Munduruku-Cara Black, Maitapu, Yawaretê, Kumaruara), who organize themselves in associations, councils and territorialities according to their specific ethnic groups. Are territorialities own, in which the identity is mobilizing element of the group itself, both around the struggle for fulfillment of their demands, and in relation with other social agents.

Key words: Indigenous, identity, territorialization.

¹ Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gayososol@yahoo.com.br

² Mestre. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

³ Mestre. Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁴ Mestre. Universidade Federal do Pará (UFPA).



1 INTRODUÇÃO

Na região do Baixo Tapajós no estado do Pará, tem se observado, nos últimos 30 anos, um processo crescente de territorialização de povos indígenas, que por meio de diferentes etnias estão se auto afirmando em seus territórios tradicionalmente ocupados. Tais povos indígenas se organizam em associações, conselhos e por territorialidades específicas segundo seus grupos étnicos e os territórios reivindicados. São territorialidades próprias, nas quais a identidade constitui elemento mobilizador do próprio grupo, tanto em torno da luta pelo atendimento de suas reivindicações, quanto na relação com outros agentes sociais. Esse processo está inserido numa dinâmica mais geral dos movimentos sociais no Brasil e, especialmente, na Amazônia, que compreende a multiplicação de novas identidades com base na auto atribuição e organização dos grupos.

Nesse sentido, um crescente movimento de agentes sociais, até então classificados como “caboclos”⁵, passaram a se auto definir como indígenas e a reivindicar o reconhecimento legal de sua etnia e território. São, até o momento, 55 grupos indígenas de 12 etnias (Arara Vermelha-Tupaiú, Munduruku, Arapiun, Jaraqui, Tapajó, Borari, Munduruku-Apiaká, Tupinambá, Munduruku-Cara Preta, Maitapu, Yawaretê, Kumaruara), que se encontram em diferentes estágios de organização, reivindicação e reconhecimento de seu território. Para Fredrik Barth, a etnicidade é resultado da interação social e “grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores” (BARTH, [1969] 1998, p. 189). De acordo com Barth, o importante é saber como os grupos étnicos são gerados e mantidos, como as diferenças e fronteiras são construídas e seus efeitos no próprio grupo.

As identidades indígenas emergem nas comunidades até então “caboclas” sob a noção de índios resistentes em oposição à noção de índios ressurgidos e á história que nega a existência do indígena misturado e sua permanente presença na região. A noção de

⁵ Vaz, (2010, p.16) sobre o caboclo faz a seguinte observação: “um aspecto que pode chamar a atenção na Amazônia é que essa população regional vizinha aos indígenas, em face da qual eles estariam quase indistintos e com a qual eles eram confundidos, até recentemente, conserva, entre seus costumes e valores, muitos elementos das culturas indígenas pré-colombianas, principalmente de raiz Tupi. Esse fato já foi atestado por todos os estudiosos que trataram da chamada população *cabocla* na Amazônia. Além do mais, mesmo um viajante comum observa, logo de início, que os traços físicos dos *caboclos* amazônicos são predominantemente indígenas, ou seja, a população regional ou envolvente apresenta muitos aspectos que podem ser também considerados indígenas. Por isso, na Amazônia, dizer que os povos indígenas emergentes apresentam pouca distintividade frente aos regionais não significa dizer que aqueles apresentem poucos traços indígenas”.



índio misturado é reinterpretada como uma longa experiência de negação imposta da cultura indígena contra a qual resistem e se mobilizam na luta pela visibilidade e defesa de seus territórios. Tal processo é denominado na literatura como etnogênese, o qual tem sido utilizado para designar os “variados processos que envolvem os grupos étnicos e, mais recentemente, também no estudo dos processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação [...] se refere à constituição de novos grupos étnicos onde antes, aparentemente, só existia a indiferenciação étnica. (VAZ, 2010, p. 15). Vaz enfatiza que o processo de etnogênese de povos indígenas na Amazônia deve ser compreendido dentro dos estudos da etnicidade e da identidade étnica.

Hall (2000) em seu estudo sobre a identidade na pós-modernidade chama atenção para uma crise e uma fragmentação das velhas identidades, a valorização de identidades locais e surgimento de novas identidades, sob os efeitos da globalização, que acaba impulsionando novas posições de identificação que conferem à identidade um caráter mais político, posicional, plural e diverso. Mesmo as tradições, mais usualmente pensadas como permanência do antigo, podem ser reinventadas, numa releitura e continuidade em relação ao passado histórico. (HOBSBAWM; RANGER, 1997)⁶.

A emergência de identidades indígenas nessa região está intrinsecamente vinculada a defesa de seus territórios. Oliveira (1998), em sua discussão sobre a distinção usual entre terra e território, fala de territorialidade e territorialização para diferenciar da distinção usual entre terra e território, argumentando que a “atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais”. Nesse sentido, para esse autor, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social. (OLIVEIRA, 1998, p. 56, grifo nosso). O sentido de processo de territorialização é o de movimento pelo qual um objeto político-administrativo como “comunidades indígenas” se transformam em uma coletividade organizada, “formulando uma identidade própria”. (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

⁶ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9).



A adoção do conceito de processo de territorialização permite-nos alcançar o seu entendimento a partir dos sistemas de relação sociais que constroem territorialidades. Almeida (2006, p. 24) afirma que a territorialidade funciona como fator de “identificação, defesa e força”, encontrando-se também associada a uma identidade específica. O embate entre identidades específicas e suas territorialidades pode ser observado no processo de mobilização dos povos indígenas na luta por seu território. Almeida (2006) qualifica o termo territorialidade como específica – “territorialidade específica”, para “nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados”. (ALMEIDA, 2006, p.25).

2 PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS

No Baixo Tapajós, a dimensão política dos processos de territorialização dos indígenas relaciona-se principalmente com a apropriação de território pelos grupos étnicos e pela defesa de um modo de vida que conflita com as normativas das unidades de conservação e com as atividades econômicas de exploração e devastação dos recursos naturais. Podem-se identificar três momentos importantes desse processo de organização: o primeiro quando da mobilização das comunidades ribeirinhas localizadas nos rios Tapajós e Arapiuns pela criação da RESEX Tapajós-Arapiuns, como forma de proteção de seus territórios ameaçados pela presença de madeiras e pequenas mineradoras na região. Ribeirinhos com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Igreja Católica e outras ONGs, formaram um Grupo de Trabalho (GT), que passou a coordenar as atividades do movimento pela Resex, contando ainda, com o apoio do Ministério Público Federal (MPF). No início de 1997, após muitos encontros intercomunitários, mais de 60 comunidades solicitaram oficialmente a criação da Resex Tapajós-Arapiuns, e realizaram várias mobilizações para pressionar o Governo Federal a atendê-los. (VAZ, 2010, p. 33). Foi nesse momento de mobilização que foi fundado em 1997, por iniciativa de Florêncio Vaz, o Grupo Consciência Indígena (GCI). Em fins de 1988 a Resex Tapajós-Arapiuns foi criada e significou uma grande conquista para as comunidades locais.

Foi nesse contexto que o movimento indígena passou a se organizar nessa região, tendo como momento marcante para o seu desencadeamento crescente o falecimento do pajé Laurelino em 1998, morador da Comunidade de Takuara localizada na Flona Tapajós:



“Ainda em fins de 1998 aconteceu um fato marcante na história regional: o pequeno vilarejo chamado Takuara, localizado à margem direita do rio Tapajós, município de Belterra, assumiu publicamente sua identidade indígena. A decisão foi tomada após o falecimento do seu líder, o curador Laurelino (31/05/1998), que provocou grande comoção entre as famílias, que se reuniram para escutar, repetidas vezes, a entrevista que ele me concedera, em 1994 e 1995. Causou profunda reflexão os trechos em que ele dizia que era índio, filho de pais, puro índio”, e que não se envergonhava dessa condição. Com essas palavras ecoando nas mentes, os filhos do falecido pajé sugeriram aos outros moradores que deveriam se assumir como índios e buscar a demarcação das suas terras.” (VAZ 2010, p. 34-35)

Segundo Edviges Ioris (2005, 2012), o movimento indígena na Flona Tapajós surgiu como reação à identidade genérica de população tradicional imposta pela ação governamental, cuja definição baseava-se em critérios ecológicos e não socioculturais. Segundo a autora, não foi apenas para permanecer em suas terras que as comunidades indígenas se mobilizaram, mas também para exercer um particular modo de vida que as imposições da categoria população tradicional negava.

Após a decisão da comunidade de Takaura outras comunidades passaram a se interessar a aderir ao processo de emergência étnica. Foi então realizado o I Encontro dos Povos Indígenas do rio Tapajós, nos dias 31/12/1999 e 01/01/2000, na comunidade de Jauarituba. O objetivo principal foi o de celebrar os 500 anos de resistência indígena e promover o resgate da história, identidade e tradições indígenas locais. Desse encontro participaram 150 representantes de 10 comunidades, que debateram, principalmente, sobre os direitos indígenas, contando com apoio de Euclides Macuxi, coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e com o representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Na oportunidade os presentes foram convidados a participarem da Marcha Indígena dos 500 Anos, que passaria em Santarém em abril de 2000, a caminho de Coroa Vermelha (BA). (VAZ, 2010, p. 37-40).

Na volta da Bahia as lideranças indígenas, consciente da necessidade de organizar as comunidades que estavam se auto identificando indígenas, criam, em maio de 2000, o Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA). Constituindo-se como principal representação política de mobilização indígena do Baixo Tapajós que passou, então, a organizar juridicamente as ações no plano dos direitos indígenas diante a FUNAI e de outros órgãos públicos. Como um desdobramento da emergência política dos indígenas, o CITA e o GCI abriram seu escritório em Santarém em 18 de março de 2001. (VAZ, 2010, p. 41).

Ioris (2012, p. 247) sinaliza alguns avanços na perspectiva dos direitos territoriais indígenas, visto que a FUNAI tem se feito presente desde 1998, colhendo denúncias de



violência contra indígenas nas regiões de conflito fundiário, criando, para tanto, em 2001 o primeiro Grupo de Trabalho Técnico (GT) que apresentou resultados técnicos no tocante aos estudos preliminares para a identificação e delimitação de terras indígenas na região. Até o ano de 2012 foram realizados seis estudos atropológicos, conforme quadro síntese apresentado adiante.

O movimento indígena no Baixo Tapajós encontra-se em pelo processo de aglutinação e crescimento na Resex Tapajós-Arapiúns, na Flona Nacional do Tapajós, no PAE Lago Grande, na Gleba Nova Olinda e no Planalto Santareno. Em 1998, no início da mobilização, eram 20, hoje 55 comunidades se fazem representar com caciques e conselheiros. As lideranças indígenas estimam que sejam sete mil os indígenas pertencentes às 12 etnias (Arara Vermelha-Tupaiu, Munduruku, Arapiun, Jaraqui, Tapajó, Borari, Munduruku-Apiaká, Tupinambá, Munduruku-Cara Preta, Maitapu, Yawaretê, Kumaruara), que se encontram em diferentes etapas de organização e mobilização pela garantia de seus territórios.

A afirmação étnica é reforçada ainda por elementos identitários como a: a existência de Terra Preta (antigos cemitérios indígenas) nas comunidades; pelas formas tradicionais de manejo da floresta (extrativismo e uso coletivo); pelas práticas indígenas de pesca, de cultivos, de uso de plantas medicinais e de produção artesanal de utensílios domésticos; assim como, pelo resgate e práticas de rituais e ornamentos indígenas.



Quadro síntese: Territórios e terras indígenas reivindicadas: comunidades, etnias e situação jurídica.

Território e terras Indígenas reivindicados	Comunidades	Etnias	Situação Jurídica
Encantado	Aningalzinho, Aminã, Zaires e Arapiranga	Tupaiú, Arara Vermelha	Identificação
Bragança-Marituba	Bragança, Marituba	Munduruku	Estudo antropológico publicado e em fase de contestação
Munduruku Takuara	Takuara	Munduruku	Estudo antropológico publicado e em fase de contestação
Cobra Grande	Arimun, Lago da Praia, Caruci, Nossa Sra de Fátima-Garimpo,	Arapium, Jaraki, Tapajó	Aguardando publicação do estudo antropológico
Munduruku	Açaizal, São Francisco da Cavada, Ipaupixuna	Munduruku	Mobilização e solicitação de criação de GT pela FUNAI
Maró	Novo Lugar, São José III, Cachoeira do Maró	Borari, Arapium	Estudo antropológico publicado e em fase de contestação
São Pedro – Braço Grande	Braço Grande, São Pedro-Muruci	Arapium	Mobilização
Nova Vista	Nova Vista	Arapium	Mobilização
Munduruku-Apiaká	São Pedro do Curuá-Uma, Lagoa	Munduruku-Apiaká	Mobilização
Tupinambá	Pajurá, Limãotuba, Cabeceira do Amarin, Brinco das Moças, Muratuba, Jauárituba, Mirixituba, Jaca, Paranapixuna, Santo Amaro, Jacaré, Paricatuba, Pajurá, São Tomé (parte).	Tupinambá	Mobilização
Borari	Alter-do-Chão, São Pedro do Curucuruí, Caranazal	Borari	Aguardando publicação de estudo antropológico.
Escrivão	Escrivão, Camarão, Pinhel,	Munduruku-Cara Preta, Maytapu	Aguardando publicação de estudo antropológico.
Camará	Camará	Arapium	Mobilização
Yawaretê	Yawaretê, São João do Tapiira, Cutilé	Apiaká, Arapium	Mobilização
		Arapium	Mobilização
Miripixi	Nova Pedreira, Miripixi	Arapium	Mobilização
Arapium Vila Franca	Vila Franca	Arapium	Mobilização
Arapium São Miguel	São Miguel	Arapium	Mobilização
Arapium São Sebastião	São Sebastião	Arapium	Mobilização
Kumarua	Araçazal, Solimões, Capixauá	Kumarua	Mobilização

Fonte: CITA, 2012.



3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS

Por meio de metodologias desenvolvidas pelo projeto nova cartografia social da Amazônia, foram identificadas e registradas, durante as oficinas de mapeamento situacionais realizadas nas comunidades indígenas, um conjunto de situações de conflitos territoriais que estão afetando diretamente a produção e reprodução sociocultural dos povos indígenas da região do baixo rio Tapajós.

Os conflitos socioambientais e territoriais do baixo rio Tapajós têm sido construídos historicamente no âmbito das políticas de desenvolvimento econômico via ocupação compulsória impetradas na região tanto por setores privados quanto pelo poder público, pois essas ações têm contrariado as oitivas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dos Direitos Humanos e da própria legislação brasileira.

Os povos indígenas, por meio do seu mapa geral produzido sobre os seus territórios, listaram uma série de situações que estão comprometendo a reprodução de suas identidades étnicas e culturais, além de denunciar situações que afetam o próprio modo de vida tradicional. A lista é composta de questões relativas aos impedimentos de acesso aos recursos primordiais oferecidos livremente pela natureza. Os principais agentes responsáveis em impedir os acessos aos recursos naturais são diferentes e se diversificam nas suas formas agir nos territórios indígenas. Um dos fatos exemplares é a posição do poder público, que contraditoriamente, deveria prestar um serviço que garantisse e respeitasse os direitos dos indígenas, sumariamente, impõem regras de comportamento que vão de encontro as práticas tradicionais dos indígenas em usar a fauna e a flora nos seus territórios, hoje transformados em unidades de conservação.

A ausência dos aparelhos estatais de defesa dos povos e comunidades indígenas tem gerado uma situação de insegurança e de medo nas aldeias mapeadas. Situações de ameaças de morte são constantes ao longo dos rios principais como o Tapajós, Arapiuns e Maró tendo como principal causa as atividades de madeireiras clandestinas, da pesca predatória realizadas por geleiras de empresas originárias de outros lugares e municípios, caças da fauna por estranhos. Grandes empreendimentos econômicos são apontados como agentes que provocam transformações irreversíveis ao equilíbrio da natureza, são particularmente os latifúndios ligados a pecuária e ao agronegócio da soja, que ocupam extensas áreas desmatadas, além de contaminar o solo e as nascentes de rios e igarapés com agrotóxicos, provocam o afastamento e próprio desaparecimento de



espécies do ecossistema local.

Outros empreendimentos mais recentes e que vem causando preocupação às aldeias indígenas da região são as construções de hotéis em áreas de interesse turístico acompanhadas pela especulação imobiliária. Além dessas investidas do capital privado, há também pesquisas e levantamento mineralógicos com uso de dinamites (perfurações), extração de minerais em diferentes pontos dos territórios indígenas. Apesar dos recursos hídricos ter adquirido uma importância nacional com a descoberta de uma das maiores reservas aquífera do Brasil, conhecido como manancial do Alter do Chão, as aldeias enfrentam problemas com a poluição de suas águas, causada pelos efluentes urbanos que são jogados diretamente nos rios, além do assoreamento causado pelo desmatamento das matas ciliares que protegem as cabeceiras dos igarapés da região.

4 CONCLUSÃO

O processo de mobilização indígena no Baixo Tapajós é expressivo de manifestações sucessivas de construção de uma existência coletiva, que se dá de forma dinâmica e aponta para um crescimento dessas identidades políticas objetivadas em movimentos sociais. Têm-se uma nova configuração étnica na região, em que suas expressões se traduzem pelas unidades de mobilização que evidenciam a consciência de sua identidade indígena. Assim sua existência coletiva, manifesta em rituais, encontros, reuniões, assembleias, indumentária, reivindicações ao acesso dos direitos indígenas, traduziriam essa etnicidade.

A etnicidade se traduz pelo modo de representação, de ação, de organização estratégica; na medida em que tais sujeitos sociais utilizam-se de identidades étnicas para se posicionarem frente aos outros. As relações associativas e os territórios, unidades de mobilização, são acionados pelo grupo sempre que for necessário se posicionar frente ao “outro”. Para fora tais unidades de mobilização se apresentam como homogêneas. Para dentro são heterogêneas e guardam especificidades que lhes são próprias.

O movimento indígena atual no Baixo Tapajós, mostra uma dinâmica inserida num campo de disputa sobre os domínios identitários e territoriais que se estruturou no enfrentamento aos interesses econômicos e geopolíticos de outros agentes sociais que se instalaram nessa região e avançaram sobre seus territórios tradicionalmente ocupados.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6, nº 1. ANPUR, maio de 2004. p. 9-32.

BARTH, F.. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

IORIS, E. M. **A Forest of disputes: struggles over spaces, resources, and social identities in Amazonia**. A dissertation presented to the Graduate Scholl of the University of Florida im partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, 2005.

_____. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. In *Revista ILHA volume 11 - número 2*, p. 219-264, 2010. Disponível em «<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/19411/17796>». Acesso em 20/11/2012.

_____. **Fragmentos que fazem diferença: narrativas indígenas na reconstrução do passado e das identidades étnicas**. In *Revista Antropologia em Primeira Mão*, n. 125,

PPGAS/UFSC. Disponível em «<http://apm.ufsc.br/files/2011/05/125-1.pdf>». Acesso em 20/11/2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana online*, v.4, n.1, p. 47-77, 1998

VAZ FILHO. F. A. **A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia**. 2010. 478f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – área de concentração Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

_____. Povos indígenas e etnogêneses na Amazônia. In LUCIANO, G.J.S.; OLIVEIRA, J.C. de.; HOFFMANN, M. B. (Org.). **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília, DF: CIEP, 2010b.